

Modernos intelectuais, pobres citadinos e puros homens do sertão: a cidade e o campo no romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha

Manoel Carlos Fonseca de Alencar*

Resumo: O escritor cearense Adolfo Caminha emigrou de sua terra natal aos treze anos. Foi para o Rio de Janeiro e lá permaneceu por oito anos, concluindo seus estudos na Escola da Marinha. No ano de 1886 viajou para o Estados Unidos, deixando um relato no qual diz impressionar-se com o progresso e a civilização do país ianque. Entre 1888 e 1892 reside em Fortaleza, servindo como tenente. O romance naturalista *A Normalista* referencia-se nessa experiência do escritor. Ao narrar a história de Maria do Carmo - uma emigrante da seca e casta filha do sertão - que é corrompida pelo meio urbano semicivilizado, Caminha expõe o seu projeto civilizacional e o imaginário relativo aos modos de vida no campo e na cidade.

Palavras-chave: intelectuais, literatura, campo, cidade, Adolfo Caminha.

Moderns intellectuals, poor people from the city, innocents from sertão: The city and the countryside in the romance "A normalista" by Adolfo Caminha

Abstract: The author Adolfo Caminha, who born in Ceará, Brazil emigrated from his town at the age of thirteen years old. He went to the Rio de Janeiro where he remained for 8 years until he concludes his studies at Navy's School. In 1886 he traveled to United States of America and wrote a paper with his impressions of the progress and civilization from the Yankee's country. Between 1888 and 1892 he lived in Fortaleza working as a lieutenant. The novel "A Normalista" is situated at this references of the author. In narrating the history of Maria do Carmo, an young woman who has emigrated from the drought and the caste daughter of the sertão - who is corrupted by the urban ways of life, characterized by a peculiar civilization, Caminha exposes his civilizational project and the imaginary concerning to the way of life in the countryside and the city.

Keywords: intellectuals, literature, countryside, city, Adolfo Caminha.

* Doutor em História, professor da Faculdade de Educação e Letras do Sertão Central (FECLESC)-UECE, e-mail: manoel.alencar@uece.br.

Quem quiser conhecer a cidade da Fortaleza e intoxicar-se um pouco com a barbaria semicivilizada de uma capital provinciana (...) não tem mais do que abrir o livro de Adolfo Caminha e entregar-se à leitura de suas páginas sem preocupação de crítico (Araripe Júnior, crítico cearense).

Depois de sua viagem aos Estados Unidos, Adolfo Caminha passou cerca de três anos no Rio de Janeiro, para depois ser transferido para Fortaleza. Com referência nessa experiência na capital cearense, ele escreveu o seu romance *A Normalista*. A história se passa em Fortaleza, na década de 1880, tendo seu desfecho com a Proclamação da República. A trama do romance não é complicada. Maria do Carmo é filha de um casal do campo que, devido à seca de 1877, teve que migrar para Fortaleza. Sua mãe morreu e seu pai se viu obrigado a tentar ganhar a vida na Amazônia, tendo que deixar sua filha sob os cuidados de seu padrinho, João da Mata. Maria do Carmo se apaixona por Zuza, filho de um figurão da província e estudante de direito no Recife, e tem como confessor e amiga inseparável Lídia, filha de uma mulher solteira. João da Mata, sujeito torpe e mesquinho, vê crescer Maria do Carmo e junto com ela o seu desejo infame de possuí-la. A trama se desenrola com as expectativas de Maria do Carmo em ver realizado o seu desejo de casar com Zuza, ao mesmo tempo que tem que resistir as arremetidas libidinosas de seu padrinho.

No período que passou em Fortaleza, antes da publicação do romance, em 1893, no Rio de Janeiro, Caminha participou intensamente da vida letrada no Ceará, fundando e dirigindo inclusive uma revista dedicada às artes e à ciência, denominada *Revista Moderna*. Participou também da “revolucionária” *Padaria Espiritual*, organização letrada que se destacou pela irreverência e pelo empenho em civilizar o que acreditavam ser os hábitos provincianos e atrasados da capital do Estado.

Cotejando as ideias expostas em jornais e revistas letrados, do Ceará e do Rio de Janeiro, com a narrativa romanesca, percebe-se o quanto Adolfo Caminha foi um crítico arguto dos costumes locais – sejam estes das elites

ou dos pobres -, no seu empenho em civilizar o povo, no sentido estudado por Norbert Elias (Elias, 1994), e disseminar o seu ideal letrado.

1. Ideal letrado e processo civilizatório

Em 1891 Adolfo Caminha foi diretor e articulador da *Revista Moderna*.¹ Nesse periódico – que tem de veras as características de uma revista, pois tem número considerável de páginas, bem diferente dos pequenos jornais em circulação no período – é fácil identificar uma herança de *A Quinzena*,² em sua vontade de se distinguir dos periódicos voltados exclusivamente à política, e direcionado mais especificamente às ciências e às artes. O próprio Adolfo Caminha escreve, na apresentação do periódico, em seu primeiro número:

Por falta de um periódico sério, nascido de intuitos honestos, habituámo-nos a viver alheios á corrente scientifico-litteraria moderna, colhendo apenas noticias isoladas e de pouca monta nos jornaes do sul, em consequencia da difficil e despendiosa aquisição de livros novos (Caminha, 1891).

Publicada num período em que os jornais literários se encontravam em franca decadência – pois *A Quinzena* não circulava mais – e parte dos letrados se viam envolvidos com a política da recém proclamada República, a *Revista Moderna* enfatiza a importância de manter vivos os ideais civilizatórios que se plasmavam no papel do saber, científico e letrado, na definição dos caminhos a serem tomados pela nação brasileira.

A Revista Moderna também mostra os entraves impostos pela realidade brasileira que deveriam ser superados. Dois desses entraves se apresentam mais visíveis na fala desses intelectuais: o primeiro se refere ao analfabetismo da população brasileira, que apresentava dados alarmantes; o

¹ Entre os membros da Revista Moderna destaque, entre outros: Raymundo Farias Brito, João Brígido dos Santos Filho, Juvêncio de Siqueira Montes, Antônio Duarte Bezerra, Pedro Fabrício de Barros e Luiz Vieira. Como vemos, são, em sua maioria, autores poucos conhecidos no cenário literário do Ceará até aquele momento, o que dá indícios da formação de uma nova geração de homens de letra.

² O Jornal *A Quinzena* pertenceu ao Club Literário, formado por intelectuais que se engajaram na causa abolicionista e portavam ideais republicanos. A revista destaca-se pelo seu caráter eminentemente científico e artístico, buscando distancia-se da imprensa político-partidária.

segundo diz respeito ao nosso sistema político, atrasado, imerso no favoritismo, submetido de todo aos chefes políticos locais. Adolfo Caminha, além de manifestar através dos jornais essa crítica à forma de fazer política das elites locais, em *A Normalista*, reúne todos esses atributos no personagem João da Mata, protagonista e vilão do romance.

Depois da seca entregou-se de corpo e alma à política, à intriguinha partidária, à rabulice, à cabala eleitoral, à chicana. Toda a vez que se anunciava um pleito, punha em jogo as mil e uma sutilezas que só o seu espírito sagaz podia conceber. Ninguém como ele sabia copiar uma *chapa* em letra firme e apumada. Aquilo a letra cantava no papel que nem o lápis dá um taquígrafo. E que letra, que esplêndido talhe! Dir-se-ia traçada a nanquim, delicadamente, com a paciência de um chinês. Ninguém como ele sabia tirar proveito de uma vitória alcançada pelo partido. Discutia, falava alto, berrava... impunha-se!

– Extraordinário homem! diziam os chefes políticos; destes é que nós precisamos, destes é que precisa o partido.

Mas João sabia vender caro o seu peixe. Fazia política por uma espécie de ambição egoísta, visando sempre tirar resultados positivos de suas artimanhas, embora com prejuízo de alguém.

Dinheiro era o que ele queria, não lhe fossem falar em sem interesse pessoal.

– Histórias, homem, histórias! Isso de patriotismo é uma patranha, um rótulo falso! O que se quer é dinheiro, o santo dinheirinho, a mamata (...) (Caminha, 1999:11).

Duas posturas dos intelectuais procuravam dar resposta a essa situação: em primeiro lugar, os letrados fundaram jornais que se distanciavam dos jornais políticos, ressaltando o papel do saber e da ciência como os verdadeiros portadores de uma proposta civilizatória; como, também, faziam de seus escritos, sejam eles ficcionais ou não, verdadeiros libelos, no sentido de denunciar aspectos da realidade que contrastavam com seu ideal ilustrado. Nesse sentido, é muito comum nos jornais letrados os reclamos contra o alto grau de analfabetismo no Brasil e também contra a incipiente e capenga atividade letrada, uma imprensa pouco desenvolvida, romancistas de má qualidade, pouca receptividade das obras ficcionais, que em sua maioria tinham uma tiragem baixíssima.

No caso dos naturalistas – e Adolfo Caminha foi um de seus representantes mais resolutos – àquelas críticas ainda se acrescenta outra,

muito importante: os romances não apresentavam ideal civilizatório, pois haviam caído no gosto burguês e submetido de todo a arte ao mercado editorial, que publicava em maior parte obras açucaradas e de baixa qualidade, mas bem aceitas pelo público.

Esses aspectos foram muito bem tratados por Adolfo Caminha em suas *Cartas Literárias*. Esses escritos de crítica literária foram publicados na *Gazeta de Notícias* um dos jornais de maior circulação no Rio de Janeiro, pouco tempo depois que o escritor chegara à capital da República. Elas nos mostram que Adolfo Caminha em nenhum momento de sua vida abandonou o seu ideal ilustrado, mas que foi, ao longo da década de 90, se desiludindo com a possibilidade de vê-lo realizado, já que a realidade brasileira, apesar de proclamada a República e abolida a escravidão, não havia tomado o rumo almejado por ele e por outros “mosqueteiros intelectuais”, como bem classificou Sevcenko, ao se referir ao engajamento dessa geração de letrados (Sevcenko, 1995). O trecho abaixo é muito ilustrativo do que está afirmado acima:

Si a mocidade brasileira comprehendesse nitidamente o papel civilizador da litteratura, a importancia absoluta da obra d'arte, com certeza os seus esforços duplicavam e o nosso paiz não seria visto com desdem pela França litteraria e pelo proprio Portugal, que, incontestavelmente, fulgura ao lado da Hespanha, da Italia e de outros paizes notaveis em desenvolvimento intellectual.

A grande causa do atrazo a que me vou referindo é a vadiagem litteraria, o amor á popularidade barata, a falta de escrupulo em tudo que respeita as letras; e a prova disto é que de todos os generos o menos cultivado no Brasil é o romance, justamente porque demanda mais esforço, mais concentração, mais estudo e mais criterio, emquanto por outro lado abundam poetas e folhetinistas, com especialidade na zona fluminense, poetas e folhetinistas de uma mediocridade lamentavel (Caminha, 1895:7).

2. A Fortaleza provinciana

É a concepção de uma cidade atrasada, pouco civilizada, sobretudo do ponto de vista dos costumes, o que dá força a um certo olhar que Adolfo Caminha lança sobre a província. O seu olhar era de fora para dentro, dos centros mais civilizados para os mais atrasados. Ele é o romancista que, no

Ceará, melhor expôs o desejo por uma cidade civilizada e progressista, segundo os moldes europeus. Os seus esforços se centram na compreensão dos costumes da burguesia local, procurando compará-la à burguesia de outras capitais consideradas por ele mais avançadas.

Em *A Normalista* esse aspecto permeia praticamente todo o romance. As descrições do ritmo da vida da província ressaltam a lentidão e a monotonia do cotidiano.

A cidade permanecia na sua costumada quietação provinciana, muito cheia de claridade, bocejando preguiçosamente de braços cruzados, à espera do progresso. Suava-se por todos os poros e respirava à custo, debaixo d'uma equatorial acabrunhadora. Estalava à distância, num ritmo cadenciado e monótono, o canto estridente e metálico d'uma araponga, cujo eco repercutia em todo âmbito da pequena capital cearense (Caminha, 1999:78).

O tempo, nesta passagem, surge como principal elemento diferenciador entre o ritmo da província e o das grandes capitais. Ao tempo acelerado das grandes capitais, a província opõe o tempo "cadenciado e monótono".

O tempo, na modernidade, está relacionado diretamente a uma nova forma de organizar a vida, tendo como imperativo a atividade produtiva (Sevcenko, 1994). Francisco José Pinheiro analisou os discursos das elites locais no sentido de incluir os homens pobres livres nessa nova ordem produtiva (Pinheiro, 1989/1990). Tratava-se de condenar o ócio e a bandidagem e erigir o trabalho como irradiador de valores morais (Challoub, 1986). Nesse sentido, era unânime o clamor geral das elites para que um cotidiano de trabalho se impusesse à província como evidência de que esta transpirava progresso.

Essa noção de tempo aliado à atividade produtiva passa a permear de forma generalizada o cotidiano das cidades. O que se esperava de uma cidade moderna era um cotidiano movimentado, com pessoas indo e vindo com a preocupação de não perder tempo. Maria Stella Bresciani, ao falar de Londres, numa passagem muito ilustrativa, nos dá a dimensão do dia-a-dia das grandes metrópoles e a sua relação com o trabalho:

O fluxo ininterrupto dos homens no trabalho, dos homens deslocando pelas ruas, dos homens ocasionalmente fora do trabalho, dos homens que tiram sustento trabalhando nas ruas, dos homens que vagam recusando-se a trabalhar, dos homens que se mantêm através de expedientes pouco confessáveis: tudo é submetido a esse olhar avaliador (Bresciani, 1985:39).

Esse cotidiano atribulado, que Adolfo Caminha identificou em Nova Iorque no seu relato de viagem *No país dos Ianques*, não viu na capital da província. Podemos dizer que ele estava preocupado, com respeito à cidade de Fortaleza, em compreender de forma mais detalhada o "modus vivendi" da burguesia local. *A Normalista* traz à tona os espaços em que o próprio autor percorreu enquanto intelectual e homem das camadas médias. A sua crítica se detém, não em exaltar os novos signos do progresso da província, mas, de uma forma invertida, denunciar as imperfeições, os projetos inconclusos, as distorções na forma como foram assimilados os valores civilizados, e o contraste destes com a realidade de uma elite local conservadora, mesquinha e tupiniquim.

Sebastião Rogério da Ponte dá muita ênfase, em seu livro, aos traços modernos dessa Fortaleza do final do século XIX. As praças ajardinadas, os clubes dançantes, o mercado de ferro, a modernização do porto, o traçado em xadrez, a iluminação a gás, o bonde, as modas importadas da Europa, segundo o autor, são evidências de que Fortaleza se modernizou ou, pelo menos, tomou feições de cidade civilizada (Ponte, 1993). Contudo, Adolfo Caminha e parte dos letrados, com seus marcantes projetos reformadores, não se cansavam em afirmar que esses traços não bastavam como testemunho de que a província se civilizou. O manifesto dessa insatisfação encontraremos ao longo de sua militância letrada, escrevendo nos jornais, nos romances e na sua crítica literária.

Uma das frustrações de Adolfo Caminha com a província parece estar relacionada ao envolvimento amoroso com Isabel Jataí de Paula Barros. Ela era esposa de um oficial do exército brasileiro e a traição gerou um escândalo na pequena e provinciana cidade de Fortaleza. Saboya Ribeiro narra o alvoroço causado na cidade com a traição que Adolfo Caminha, "jovem,

elegante, na farda bem comportada de oficial da Marinha”, e Isabel haviam cometido contra o oficial do Exército:

Na escola Normal, as moças não falavam outra coisa. Quem diria que aquêlê cara de santinho, com seus ares abstratos, era capaz de tomar a mulher dos outros e então numa cidade de Fortaleza, onde todos se conhecem e estimam.

Nas casas de família, nas visitas entre famílias, nas rodas da praça do Ferreira e nas retretas do Passeio Público, que era, às quintas e domingos, o grande salão noturno da cidade – não se falava noutra coisa. Um escândalo, um verdadeiro escândalo! (Ribeiro, 1957:35).

Este foi um acontecimento muito significativo na vida de Adolfo Caminha. Devido a esta traição, o romancista perdeu o seu posto de oficial e teve que se contentar com um mero cargo de amanuense. Quer dizer, pelo fato de o escritor ter se envolvido com uma mulher casada, e ter assumido publicamente esse amor, foi submetido a um verdadeiro ostracismo na sociedade cearense e ter sido vítima de fuxicos que, inclusive, o impossibilitavam de transitar livremente pela cidade, sem que o olhassem de soslaio (Azevedo, 1999).

Não é exagero também qualificar *A Normalista* como um romance vingador. Com ele Adolfo Caminha intentou vingar-se daqueles que haviam lhe causado tanto mal na província, a ponto de ele ter que abandonar a carreira militar e se contentar com um mero cargo de amanuense. O romance causou grande rebuliço na província, pois, depois de publicado, em suas páginas era fácil identificar nas personagens, os traços caricatos das pessoas às quais o autor pintou com irrepreensível sarcasmo

Em *A Normalista*, Adolfo Caminha não poupou a tinta ao retratar esse aspecto do provincianismo da cidade pequena. Praticamente todos os personagens são vítimas das fofocas da sociedade fortalezense. De Lídia, amiga de Maria do Carmo, diziam que não era moça de família, que era para qualquer um, que já a haviam visto com esse, com aquele: o que estava a ponto de atrapalhar o seu namoro com Loureiro. Dona Teresinha também andava nas bocas da sociedade fortalezense: diziam que não se admitia uma mulher viver com um homem sem ter se casado com ele, pois isso manchava

a honra da família etc, e muito mais. E assim Adolfo Caminha vai nos mostrando ao longo do romance "(...) essa vida de província pacata em que se trabalhava um quase nada e falava-se muito da vida alheia". (Caminha, 1999:86). No romance, jornais como *A Matraca*, viviam de noticiar fofocas. Os protagonistas, Zuza e Maria do Carmo, foram os mais prejudicados com esses mexericos, típicos de uma cidade provinciana. Essas intrigas foram responsáveis pelo fim do namoro entre os dois.

Adolfo Caminha quis, com o romance, denunciar os costumes provincianos da cidade de Fortaleza, que apesar do seu visível crescimento urbano e de todo clima de cosmopolitismo, advindos com a integração cada vez maior com o capitalismo globalizado, ainda se mantinha arraigada a velhos valores em muitos de seus aspectos: na forma de fazer política, na educação, no comportamento, entre outras coisas. Vai, portanto, ao longo de sua obra, identificando esses traços que fazem de Fortaleza uma cidade provinciana, típicos de uma cidade que ainda não se civilizou.

Em boa parte de suas crônicas intituladas *Sabatina*, escritas para *O Pão*,³ em sua primeira fase, o autor começa constatando a falta de assunto. Em 17 de julho de 1892, ele escreveu: "de longe em longe quebra a monotonia insuportável da vida cearense o ruído estimulante e benéfico de um acontecimento excepcional..." (O Pão, 1892).

Zuza é a personagem que melhor nos oferece a visão de uma cidade provinciana. As suas impressões sobre a cidade de Fortaleza nos transmitem uma importante ideia sobre as capitais do final do século XIX: elas deveriam concentrar os símbolos da civilização e do progresso e, por isso mesmo, estavam todo tempo sendo comparadas umas com as outras. Nas obras de Adolfo Caminha é fácil perceber uma escala de civilização que vai de Nova Iorque à Fortaleza, entremeadas por Rio de Janeiro e Recife. Zuza, por

³ O Jornal *O pão* circulou, em sua primeira fase, entre anos de 1891 e 1892, e era editado pela denominada Padaria Espiritual. Como o no sugere, os "padeiros" almejavam elevar o nível cultural de Fortaleza, opinado sobre vários aspectos do cotidiano da capital que contrastava com seu ideal civilizatório.

exemplo, na maior parte das vezes que se refere ao provincianismo da capital cearense, a compara com Recife.

[...]queixando-se da monotonia da capital cearense e gabando, com ares de fidalgo, a capital de Pernambuco. Alí, sim, a gente pode viver, pode gozar. Muito progresso, muito divertimento: corridas de cavalo, uma sociedade papa-fina, muitíssimo bem educada, magníficos arrabaldes, certo bom-gosto nas toilettes, nos costumes, certas comodidades que ainda não havia no Ceará [...] (Caminha, 1999: 117).

O diálogo de Zuza com José Pereira, Redator do jornal *A Província*, ilustra mais esse aspecto sobre o imaginário das cidades neste contexto (Pesavento, 1999). O jornalista, por não conhecer outras capitais, deslumbrava-se com esses novos signos do progresso e da civilização que iam se instalando na cidade, enquanto para Zuza aquilo tudo parecia muito pouco. A cena acontece no Passeio Público, em um dos seus cantos um trovador toca um realejo.

- 'Como é que se consentia semelhante importunação em uma capital que tinha foros de civilizada? Oh! em Pernambuco, o italiano que se lembrasse de tocar realejo à porta d'uma república era imediatamente punido a batatas e cascas de laranja. Estava muito atrasadinho o Ceará'.

Gostava pouco d'ir ao Passeio, o que fazia raríssimas vezes, a convite de José Pereira, que comparava aquilo a um paraíso.

- O Passeio Público? dizia ele; o Passeio Público é um dos mais belos do Brasil e a coisa mais bem feita que o Ceará possui. Que vista, que magnífico panorama se aprecia da Avenida Caio Prado, à tarde! Nem o Passeio Público do Rio de Janeiro!

E justificava o anti-bairrismo do estudante:

- É que tu tens passado a melhor parte da sua vida na Corte e em Pernambuco, menino, dizia ele. Se vivesses algum tempo nessa terra, havias de gostar extraordinariamente. Mas o que posso afirmar é que no Brasil não há uma cidade tão bem alinhada como esta, uma iluminação mais rica do que a nossa e um Passeio Público assim como este.

- 'Não duvidava, não duvidava, mas o Ceará ainda estava muito atrasadinho, lá isso estava (Caminha, 1999: 117).

Outras opiniões de Zuza ilustram mais a passagem acima: "Sou meio exigente em termos de civilização; isso me parece uma terra de bugres" (Caminha, 1999:19). E ainda: "província estúpida! Estava doido por se ver livre de semelhante canalhismo. E aquilo que se chamava terra da luz" (Caminha, 1999: 79). E mais: "Cada vez mais me convenço que de que isso

é uma terra selvagem (...) Isto é um país de bárbaros!” (Caminha, 1999:150).

3. Os pobres da cidade

Adolfo Caminha tinha um olhar muito aguçado para perceber essas formas de sociabilidade burguesa. Desde o século XIX, período de exibicionismo burguês, as ruas foram remodeladas: eram mais largas e retilíneas, com novas fachadas e iluminação artificial a gás. Esse processo se deu, sobretudo, no centro da cidade, onde residiam as famílias de cabedais da província (Ponte, 1993).

Pelo fato de as ruas serem um espaço público, apesar de todo o esforço das elites a fim de afastarem o povo, tinham que conviver com a presença dele. A rígida divisão social que deveria ser imposta pelo ordenamento do espaço não era obedecida pelo povo. “Ou seja, a rua se revelava como um espaço de ameaças, as quais era preciso controlar” (Pesavento, 1998: 114).

A presença dos negros e pobres nesses espaços de sociabilidade das elites incomodava o narrador de *A Normalista*. A presença do povo era pernicioso e ofendia a moral das famílias “de bem” da cidade, além, claro, de deixá-las suscetíveis ao crime. Veja o caso da descrição da rua Mororó, que era frequentada sobretudo pelos pobres:

Na Mororó, mais larga que as outras, havia uma promiscuidade franca de rapariga de todas as classes: criadinhos morenos e rechonchudos, com seus vestidos brandos de ver a Deus, conduzindo criança, filhas de famílias pobres em trajes domingueiros, muito alegres a sua encantadora obscuridade; mulheres de vida livre sacudindo os quadris descarnados com ademanos característicos, perseguidos por uma troça de sujeitos pulhas que se punham a lhes dizer gracinhas insulsas. Toda uma geração nascente, ávidas de emoções, cansada de uma vida sedentária e monótona, ia espairecer no Passeio Público aos domingos e quintas-feiras, gratuitamente, sem ter que pagar dez por uma entrada, como no teatro e no circo (Caminha, 1999: 89).

O plano urbanístico de Adolfo Herbster, que compartimentava a cidade, separando os ricos dos pobres e o trabalho do lazer não conseguiu evitar que o povo embarlhasse seus planos e invadisse os espaços de lazer das elites.

Uma comparação das descrições das ruas Caio Prado e Padre Mororó deixa transparecer muito da visão de Adolfo Caminha sobre as formas de sociabilidade mais de acordo com seus parâmetros de urbanidade. Sem dúvida, em vários dos seus escritos, ele teceu duras críticas à artificialidade e à hipocrisia que reinava no Passeio Público – isso no que se refere às próprias elites –, mas ele reprovava ainda mais os espaços frequentados pelas camadas mais baixas da população. Na descrição da Mororó - rua que ficava a poucas quadras do Passeio Público -, muito escura, o romancista dá ênfase à promiscuidade, à má educação, à libertinagem; isso tudo com um olhar moralizante.

Adolfo Caminha, portanto, oferece um especial destaque aos retratos das aglomerações urbanas, sejam elas os passeios, as ruas de comércio, o porto ou os botequins. Sobre estes últimos o escritor dedicou algumas laudas de seu romance, com uma intenção de reprovar os hábitos boêmios das camadas mais pobres. A cena que se passa no bar do Zé Gato representa, se não uma crítica, um olhar educado em recortar esses espaços da cidade para onde convergiam “os bêbados”, “vagabundos” e “ociosos”. Nesse sentido, a visão de Adolfo Caminha muito se assemelha à das elites locais. Eduardo Campos, ao analisar os códigos de postura da cidade de Fortaleza, afirma que são recorrentes os artigos que visam a perseguir os sujeitos que não se enquadram nos padrões de civilização tão propalado pelas autoridades (Campos, 1998).

Em seus artigos em *O Pão*, Adolfo Caminha, por sua vez, não poupou a tinta em criticar os hábitos das elites mesmas, que se comportavam semelhante ao povo, “á porta das boticas (...), de pança cheia, arrotando carne cosida e palitando os dentes...”. Esses costumes das elites se assemelham muito aos do povo, o que deixa estreita a linha de distinção entre a “civilização” e a “barbárie”, tão cara ao projeto civilizatório.

Adolfo Caminha reprovava o lazer do povo. A forma expansiva, barulhenta e alegre de o povo se divertir era o registro de que – nas palavras de Zuza – “... o Ceará estava muito atrasadinho, lá isso estava”. A cena que gira em torno do coreto é muito ilustrativa nesse sentido. No Passeio Público:

A música deu começo a um tango repinicado, saltitante e carnavalesco, espécie de 'chorado Baiano', com rufos de tambor, em que se sobressaia o clarinete, cujas notas, muito prolongadas e queixosas, morriam languidamente. De quando em quando os instrumentos faziam uma pausa e rompiam um coro de vozes grossas – Quem comeu o boi?... que a molecagem lá fora repetia numa desafinação irritante de vozes finas” (Caminha, 1999: 92).

Esse era um dos juízos que as elites culturais lançavam sobre o povo. O projeto civilizador deveria incorporar o povo, contanto que esses mudassem radicalmente seus hábitos. José Murilo de Carvalho nos mostrou as perseguições levadas a cabo pela República – dita civilizada e progressista – às manifestações populares na virada do século no Rio de Janeiro (Carvalho, 1989).

A presença dos pobres na cidade aparece também na figura do negro Romão. Ele surge sempre subitamente, em lugares imprevistos, causando o espanto a quem o via.

Do outro lado da rua, o Romão, o negro Romão, que fazia a limpeza da cidade, passava muito bêbado, fazendo curvas, de calças arregaçadas até o joelho, peito a mostra, um desprezo quase sublime por tudo e por todos, gritando numa voz forte e aguardentada.

– Arre corno!... um garoto atirou-lhe uma pedra.

Mas o negro, pendido p'ra a frente, ziguezagueando, tropeçando, encostando-se às paredes, torto, baixo, o cabelo carapinha sujo de poeira, pardacento, repetia insistentemente, alto e bom som, o estribilho que todo o Ceará estava acostumado a ouvir-lhe – Arre Corno! e que repercutia como uma verdade na tristeza calma da rua (Caminha, 1999: 57).

A ênfase na qualificação de negro para Romão é significativa. O cientificismo, de que Adolfo Caminha era um dos propugnadores, e suas teorias raciais imputaram aos negros todo o atraso do país.⁴ Vivendo em condições miseráveis, estigmatizados pela sua pobreza, morando em barracos ou choças, perambulando seminus pelas ruas da cidade, seu modo

⁴ No seu romance *Bom-crioulo*, Adolfo Caminha ressalta a propensão ao crime, à bebedeira, à licenciosidade da personagem principal, Amaro, um negro alto e forte que seduz Aleixo, um “grumete” da Marinha brasileira. A história termina com um fim trágico de um crime cometido por Amaro.

de vida destoava em muito do modelo do homem civilizado. Conforme pensavam esses cientistas letrados, se o Brasil não era civilizado isso se devia, acima de tudo, ao fato de possuir uma população negra e mestiça, propensa à preguiça e ao crime. O negro Romão surge como uma mancha, uma nódoa, um entrave ao país civilizado almejado por essa intelectualidade científicista.

Encontram-se aí os elementos de tensão desse pensamento com relação às populações negras e pobres. Ao mesmo tempo que lutaram pela abolição da escravidão, denunciando-a como uma mancha responsável pelo atraso do país, para esses intelectuais era muito difícil admitir o negro como cidadão brasileiro, e até como elemento importante na formação da nação. As teorias racistas – que, segundo Lilia Schwarcz, foram muito populares entre os intelectuais do segundo quartel do século XIX, servindo como paradigma de praticamente todos os grandes centros de pesquisa e ensino do país – acabavam por justificar diferenças sociais alarmantes do país como se estas fossem na verdade naturais, nascidas de caracteres biológicos da raça (Schwarcz, 1993). Era como se o fato de os negros serem pobres, morarem em cortiços e viverem de expedientes pouco confessáveis, se devesse não a uma herança histórica e cultural de exclusão e exploração, mas a uma característica biológica, presente no próprio biotipo da raça negra.

Justifica-se, nesse sentido, a popularização de ramos da ciência como a frenologia e craniologia, que consistiam no estudo da fisionomia do indivíduo com o intuito de entender características psicológicas. Nesse sentido, é interessante observar que a descrição dos personagens nos romances naturalistas é detalhada de forma que possamos enxergar nelas características psicológicas desses personagens, sempre colocando ênfase na questão racial.

4. Os puros homens do campo

O campo é retratado no romance *A Normalista*, não como um espaço social em que se ambientam personagens, mas através de personagens

típicos que carregam na sua constituição moral as qualidades do seu “meio”, muito ao gosto da trama naturalista.

O escritor estava voltado muito mais para as tramas que se desenrolam na urbe. Apesar de a trama de *A Normalista* pensar personagens do campo, eles aparecem de forma superficial, como um dos componentes de um enredo que serviu de base para muitos dos romances naturalistas cearenses: os personagens puros do campo são obrigados a migrar por causa da seca, e na cidade encontram apenas a hipocrisia e o arrivismo de uma gente mau caráter e interesseira. No mais, o romance é todo ambientado na cidade de Fortaleza.

É na caracterização desses personagens campestres que percebemos a carga de idealização do romance: no campo existem homens puros, honrados, simples e religiosos. Eles são o avesso dos homens da cidade, que são inescrupulosos, superficiais, mundanos e ligados a valores puramente materiais. Nesse sentido o autor reproduz uma velha e recorrente oposição entre campo e cidade, que segundo Williams (1989), tem um forte assento na tradição ocidental. Mendonça, pai de Maria do Carmo, é o personagem que encarna todos os valores do campo. Vejamos como ele é caracterizado por Adolfo Caminha:

Era homem sadio, vigoroso, excessivamente trabalhador e dedicado. Contava a esse tempo quarenta anos, nada mais, nada menos, e dizia com soberba, gabando o peito rijo, não se trocar por muito rapazola pimpão que aí vive nas cidades grandes caindo de tédio e preguiça, cheio de vícios secretos. Corria-lhe nas veias largas e azuis de matuto inteligente puro e abundante sangue português (Caminha, 1999:21).

Maria do Carmo, filha de Mendonça e protagonista do romance, que foi deixada sob a guarda do João da Mata aos 11 anos devido à seca de 1877, herdara de seu pai todas as suas qualidades, a “... Escola Normal não lhe apagou toda essa bondade característica dos filhos do sertão, que se resume em uma confiança ingênua nos outros” (Caminha, 1999: 123) Quando seu pai foi obrigado a migrar para Fortaleza, e daí para a Amazônia, como uma das únicas alternativas oferecidas aos retirantes, a passagem pela capital da província deu a Mendonça uma impressão que já oferece ao leitor indícios do desenrolar do romance.

Mendonça conhecia Fortaleza superficialmente; suas viagens à capital tinham sido raríssimas; viera vezes contadas a negócio. Sabia os homens propensos ao mal, por mais d'uma ele próprio fora vítima da ingratidão de indivíduos que se diziam seus amigos. E a quem fizera grandes benefícios; porém, a vida ruidosa e dissoluta das capitais, esse tumultuar quotidiano de virtudes fingidas e vícios inconfessáveis, esse tropel de paixões descontroladas, isso que constitui, por assim dizer, a maior felicidade do gênero humano, esse acervo de mentiras galantes e torpezas dissimuladas, esse cortiço de vespas que se denomina – sociedade, desconhecia-o ele, e nem sequer imaginava. Lá no seu tranquilo recanto de Campo Alegre, onde só de longe chega o eco da vida elegante, ouvia falar em mulheres que traíam os maridos, filhos que assassinavam os pais, incestos de irmãos, homens que negociavam com a própria honra... (Caminha, 1999: 21).

A caracterização desses personagens é importante porque é a partir de seus movimentos dentro da trama que poderemos compreender a desilusão de Adolfo Caminha no que diz respeito à assimilação dos valores civilizados pelas elites locais e, de forma geral, com o próprio modo de vida na cidade.

5. O desfecho trágico: “paladinos malogrados”

No sentido de entender o processo de entusiasmo e desilusão dessa geração de intelectuais que lutaram pela Abolição e pela República e logo viram que, depois de proclamada, ela não se afigurou como haviam desejado, Nicolau Sevckenko sugeriu as ideias de “mosqueteiros intelectuais” e “paladinos malogrados” (1995). Vimos Adolfo Caminha mosqueteiro em sua escrita engajada na *Revista Moderna* e no jornal *O Pão*. O Caminha paladino também se expressou nos periódicos, mas é na trama romanesca que a sua desilusão se faz mais evidente. O desfecho do romance revela essa feição dos ideais do escritor e o seu contraste com a República recém instaurada.

Maria do Carmo estava entre dois tipos da cidade bem distintos, Zuza e João da Mata, que procuravam, cada um a seu modo, possuir a “casta filha do sertão”.

João da Mata era um sujeito esgrouvinhado, esguio e alto, carão magro e tísico, com um carão hepático denunciando vícios de sangue, pouco cabelo, óculos

escuros através dos quais buliam dois olhos miúdos e vesgos (Caminha, 1999: 13).

Desta forma, o autor o caracteriza como “um tipo lombrosiano”, um desses personagens muito comuns nas tramas que procuram atribuir à cidade todas as características de perversão e degenerescência. Nesse sentido, vale ressaltar o que nos diz Maria Stella Bresciani (1994), quando afirma que os escritores do século XIX, ao tratar da cidade, tinham uma preocupação moral de educar os sentidos dos seus leitores para que esses pudessem enfrentar o conjunto de vilezas que acreditavam ser próprio desse novo modo de vida. Nos romances ambientados em Fortaleza, a figura do Comissário de Socorros – e João da Mata havia sido um – está muito presente e é sempre denunciado como um agente corruptor dos costumes.

Já o Zuza é um outro tipo cidadão completamente diferente. Ele era, por assim dizer, a fina flor da burguesia cearense. Adolfo Caminha faz questão de sobressaltar detalhes nesse personagem que indicam seus hábitos civilizados. Estudante de Direito em Recife e filho de um “figurão, ele está sempre muito limpo, muito bem vestido em impecável figurino francês e bem acompanhado das pessoas mais eminentes da província”. Zuza, nas palavras de escritor “...era rapaz da moda. Montava a cavalo, fazia versos, assinava o *Gazeta Jurídica*, frequentava o palácio do presidente [...]” (Caminha, 1999:18). Ele fazia parte da elite local que enriquecera e passou a consumir toda sorte de produtos importados franceses, assim como assimilara os hábitos e as condutas ditos civilizados para a época. O tom sempre irônico com que Adolfo Caminha se refere ao Zuza é uma denúncia à forma como foram assimilados os valores civilizados pela elite local. Zuza era o retrato de uma burguesia que se apegara apenas à fachada da civilização.

Maria do Carmo estava, portanto, entre dois personagens típicos da sociedade fortalezense. João da Mata, com seu desejo torpe de tirar-lhe a virgindade; e Zuza, que projetou nela qualidades ideais de menina pobre, simples e pura, mas que no final de contas caiu em si e descobriu o seu lugar, deixando Maria do Carmo entregue à sorte de seu padrinho.

O desenrolar da trama deixa explícita a profunda desilusão de Adolfo Caminha com as formas com que foram descaminhados os valores civilizados em que ele acreditava. A forma desenfreada com que o Brasil se entregou ao cosmopolitismo parecia ao escritor extremamente superficial e efêmera. Ele via uma dissonância entre o seu projeto civilizatório e uma elite citadina que se entregava ao consumo conspícuo, à suntuosidade das casas, às roupas da última moda parisiense e à luta arduosa por posição. Quando Maria do Carmo, “casta filha do sertão”, se deixa seduzir pelo padrinho e se entrega, esta cena representa metaforicamente uma morte dos puros valores do campo, pervertidos pelos valores degenerados da cidade.

Considerações finais

Assim, o campo mantém os seus atributos de pureza e de lugar idílico, onde se pode refugiar dos males da civilização. A cidade, por sua vez, está repleta de indivíduos superficiais, interesseiros e imorais. Essa é uma visão interessante pois denuncia os valores de um século excessivamente mercantil e os contrastes sociais advindos com ele. Contudo, devemos concordar com Williams, quando afirma que a solução para os contrastes – que são mais evidentes na cidade, não devem ser resolvidos idealizando o campo como um espaço intacto e separado socialmente da cidade (Williams, 1989). Os homens que Adolfo Caminha retratou ostentando riqueza na cidade tinham sua economia baseada na produção agrícola. Se houve uma transformação substancial da realidade nos países da periferia do capitalismo, isso se deu de forma global, incluindo o campo e a cidade – sobretudo porque esses países periféricos se inseriram no sistema capitalista através da produção de gêneros, em sua maior parte, primários. É exatamente por isso que ao procurarmos estudar as representações sobre o campo e a cidade é sempre bom ter em conta os atores sociais - no caso o escritor - e como estes se inserem em determinado contexto de criação. Para Adolfo Caminha, um intelectual citadino das camadas médias, o campo representava um refúgio onde ele podia colocar-se à distância dos dramas vividos na cidade. Ainda hoje é muito comum a casa de campo ou de praia, onde podemos descansar e entrar em contato com a natureza para recobramos as nossas energias.

Mas essa sensação é bem diferente da que sentiam os homens que trabalhavam e viviam das lidas do sertão.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Sânzio de. *Adolfo Caminha: vida e obra*. Fortaleza: EUFC, 1999.

BRESCIANI, Maria Stella. "Metrópoles: as faces do Monstro Urbano (as cidades do século XIX)". In: *Revista Brasileira de História*, SP, set. 1984/abril 1985, vol. 5, nº 8 e 9.

_____. "A cidade das multidões, a cidade aterrorizada". In: PECHMAN, R. M. (org.). *Olhares sobre a Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, pp.9-42.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas Literárias*. Rio de Janeiro: Typografia Moderna, 1895.

_____. *A Normalista*. Fortaleza: ABC, 1999.

CAMPOS, Eduardo. *Fortaleza provincial: rural e urbana*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DAMATTA, Roberto. *A casa & A Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
O Pão... da Padaria Espiritual. Fortaleza : Edições UFC/ Academia Cearense de Letras/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982. Edição fac-similar.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

NEVES, Margarida de Souza. "O povo na rua, um 'conto' de duas cidades". PECHMAN, R. M. (org.). *Olhares sobre a Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. *O Imaginário da Cidade: visões literárias sobre o urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Francisco José. "O Homem livre-pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará". In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: Edições UFC, v. 20-21, nº 1 e 2, 1989/90, p. 199-230.

PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.
Revista Moderna. Fortaleza, 1º de janeiro de 1891. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1-448, 01,09.

RIBEIRO, Saboya. *Roteiro de Adolfo Caminha*. Rio de Janeiro: São José, 1957.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. (4ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. "Metrópole: a matriz da Lírica moderna." In: (org.) PECHMAM, Roberto Moses. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 61-72.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.